



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 28\$00

A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as 1.ª e 2.ª semestres, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 3.º semestre.

Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «*Diário da República*» e de «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

## SUMÁRIO

### Ministério da Defesa Nacional:

#### Portaria n.º 146/86:

Fixa os quantitativos para o abono de alimentação, a dinheiro, às Forças Armadas no corrente ano.

#### Portaria n.º 147/86:

Regulamenta a situação dos militares admitidos à frequência dos cursos da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea. Revoga a Portaria n.º 759/82, de 6 de Agosto.

### Ministérios das Finanças e da Educação e Cultura:

#### Portaria n.º 148/86:

Considera criadas para entrar em funcionamento desde 1 de Outubro de 1985 as Escolas Preparatória e Secundária de Gouveia.

### Ministérios das Finanças e do Trabalho e Segurança Social:

#### Portaria n.º 149/86:

Altera o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 1/85, de 3 de Janeiro (dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 47/78, de 21 de Março, que aprova a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho, relativos à estrutura e competência do Departamento de Estudos e Planeamento).

### Ministério do Plano e da Administração do Território:

#### Portaria n.º 150/86:

Aprova o Regulamento do Plano Parcial de Urbanização do Núcleo Central Histórico de Beja.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

#### Aviso:

Torna público ter o Governo da República Popular da Bulgária depositado o instrumento de adesão ao Acordo de Madrid Respeitante ao Registo Internacional de Marcas, de 14 de Abril de 1891.

### Ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação e da Indústria e Comércio:

#### Despacho Normativo n.º 30/86:

Autoriza o lançamento no mercado de uma nova embalagem com o conteúdo líquido de 15 kg para os produtos fitofarmacêuticos com base na substância activa cumatetralil, com o teor de 0.75 % (p/p), formulado em pó.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Portaria n.º 146/86

de 16 de Abril

Considerando o proposto pelos ramos das Forças Armadas e tendo em atenção o estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 329-G/75, de 30 de Junho, e na alínea e) do n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º Para o corrente ano, os quantitativos para o abono de alimentação, a dinheiro, são os seguintes:

Primeira refeição — 35\$;

Almoço ou jantar — 155\$;

Alimentação (diária) — 345\$.

2.º Para os condutores auto e outros militares, designadamente os que desempenhem funções de segurança, que, por exigência do serviço de altas entidades ou outras, ambas a definir em despacho do Ministro da Defesa Nacional, não possam ser abonados em espécie, podem ser estabelecidos naquele despacho quantitativos mais elevados que os constantes do número anterior, desde que não excedam 25 % das importâncias fixadas por lei como ajudas de custo.

3.º O disposto na presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 3 de Abril de 1986.

O Ministro da Defesa Nacional, *Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida*.

### Portaria n.º 147/86

de 16 de Abril

Considerando o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 274/81, de 1 de Outubro, só em parte satisfeito pela Portaria n.º 759/82, de 6 de Agosto, por entretanto a experiência ter determinado o tratamento de outras matérias:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos da alínea e)



## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 148/86  
de 16 de Abril

do n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, aprovar o seguinte:

1.º A situação dos militares admitidos à frequência dos cursos da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, neste diploma genericamente designadas por academias, nos termos do Decreto-Lei n.º 274/81, de 1 de Outubro, regula-se pela presente portaria, sem prejuízo do regime fixado pelas disposições em vigor aplicáveis nas mesmas academias que não contrarie esta regulamentação.

2.º Os militares mantêm-se até à conclusão do curso ou eventual exclusão do mesmo vinculados ao seu ramo de origem, designadamente para efeitos do abono das remunerações a que têm direito.

3.º Para a execução do disposto no número anterior, o regime remunerativo a aplicar é aquele que em cada ramo se encontra estabelecido para os militares que frequentem a sua própria academia.

4.º Os encargos com militares relacionados com a frequência dos cursos, nomeadamente com a alimentação, alojamento, assistência médica, medicamentosa e hospitalar, fornecimento de material escolar, artigos de uniforme e pagamento de abonos de situações inerentes à realização de estágios, embarques ou voos, serão suportados pelo ramo a que pertence a academia.

5.º Os militares, quando forem abatidos ao corpo de alunos, por deixarem de observar as condições estabelecidas para a frequência dos cursos a que se habilitarem, nomeadamente por falta de aproveitamento, recebem guia para o departamento de pessoal competente do ramo de origem.

6.º Os militares que concluírem com aproveitamento os cursos que frequentaram são abatidos ao seu ramo de origem, têm baixa do corpo de alunos da respectiva academia e ingressam nos quadros permanentes de oficiais do ramo a que pertence a academia na arma, classe ou serviço correspondente ao curso que frequentaram.

7.º O ingresso previsto no número anterior far-se-á no posto e com a posição na escala de antiguidades definida segundo as disposições legais aplicáveis no ramo a que passaram a ficar vinculados.

8.º Os militares, durante a frequência dos respectivos cursos, usam os uniformes privativos do ramo a que se destinam.

9.º Os oficiais mantêm o seu posto, mas são graduados no posto correspondente do ramo a que se destinam quando o mesmo não tenha a mesma designação.

10.º Os sargentos e praças mantêm os seus postos, passando a ser designados por cadetes do ramo a que se destinam e são graduados em aspirantes a oficial do mesmo ramo em igualdade de circunstâncias com os restantes alunos do respectivo curso.

11.º Os militares possuem o bilhete de identidade previsto na alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 399-A/77, de 22 de Setembro, sem prejuízo da utilização do bilhete de identidade ou cartão de identificação conferido no ramo de origem, no âmbito exclusivo deste.

12.º Fica revogada a Portaria n.º 759/82, de 6 de Agosto.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 6 de Fevereiro de 1986.

O Ministro da Defesa Nacional, **Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida**.

Considerando que a Escola Preparatória de Gouveia e a Escola Secundária de Gouveia têm vindo a funcionar como estabelecimentos de ensino autónomos desde 1 de Outubro de 1985;

Considerando o disposto na alínea d) do artigo 202.º da Constituição;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação e Cultura, que a Escola Preparatória de Gouveia, a que se refere o n.º 4.º da Portaria n.º 55-C/86, de 12 de Fevereiro, e a Escola Secundária de Gouveia, criada pela alínea b) do n.º 1.º da mesma portaria, se considerem criadas para entrar em funcionamento desde 1 de Outubro de 1985.

Ministérios das Finanças e da Educação e Cultura.  
Assinada em 4 de Abril de 1986.

Pelo Ministro das Finanças, **Rui Carlos Alvarez Carp**, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Educação e Cultura, **João de Deus Rogado Salvador Pinheiro**.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 149/86  
de 16 de Abril

Considerando a conveniência de se criarem urgentemente condições apropriadas a uma gestão eficiente das verbas consignadas em capítulo próprio do Orçamento do Estado ao Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, através de um ajustamento, sem acréscimo de encargos financeiros, no quadro de pessoal daquele Departamento;

Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 47/78, de 21 de Março;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Trabalho e Segurança Social, que o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 1/85, de 3 de Janeiro, passe a conter as alterações constantes do mapa anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e do Trabalho e Segurança Social.

Assinada em 7 de Abril de 1986.

Pelo Ministro das Finanças, **Rui Carlos Alvarez Carp**, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro do Trabalho e Segurança Social, **Luís Fernando Mira Amaral**.